



## Assembleia Legislativa do Estado do Acre

### LEI COMPLEMENTAR N. 246, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

“Institui a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre – FAPAC, e dá outras providências”

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

#### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, NATUREZA E FINALIDADE

**Art. 1º** Fica instituída a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre - FAPAC, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira e patrimônio próprio, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT, a qual se regerá por seu Estatuto, esta lei complementar e demais normas legais aplicáveis.

**Parágrafo único.** A FAPAC terá sede e foro na cidade de Rio Branco, jurisdição em todo o Estado e prazo indeterminado de duração.

**Art. 2º** A FAPAC terá a finalidade de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado, por meio das seguintes ações:

I - incentivar a pesquisa científica e tecnológica, mediante o apoio técnico e financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvidos em instituições públicas e privadas sediadas no Estado;

**II** - patrocinar a formação e a capacitação de pessoal técnico especializado em ações e atividades de pesquisa, ciência e tecnologia;

**III** - articular-se, de forma permanente, com órgãos e instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, que atuem com pesquisa, ciência e tecnologia;

**IV** - promover o intercâmbio de pesquisadores nacionais e estrangeiros, podendo conceder ou complementar bolsas de estudos ou pesquisas, no País ou no exterior;

**V** - participar da formulação da política estadual de pesquisa, ciência e tecnologia;

**VI** - estabelecer parcerias com o setor privado da economia, visando o engajamento desse setor com o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica do Estado;

**VII** - promover ou subvencionar a publicação dos resultados das pesquisas;

**VIII** - desenvolver ações e atividades compatíveis com a sua finalidade ou que lhe forem atribuídas em lei; e

**IX** – celebrar convênios, contratos e outros instrumentos legais de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou internacionais.

## **CAPÍTULO II**

### **DO PATRIMÔNIO, RECEITA E ESTRUTURA BÁSICA**

**Art. 3º** O patrimônio da FAPAC será constituído pelos bens que o Estado lhe destinar, por doações e legados vindos de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado, nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como os bens adquiridos, a qualquer título, na forma da lei.

**Art. 4º** Constituirão receitas da FAPAC:

**I** - dotações consignadas no Orçamento Fiscal do Estado ou em seus créditos adicionais;

**II** - contribuições, subvenções econômicas, auxílios, transferências, doações e legados feitos por outros órgãos ou entidades públicas ou por instituições privadas nacionais, internacionais ou estrangeiras;

**III** - rendas resultantes da exploração dos seus bens e da prestação de serviços, da aplicação de suas receitas ou de retorno de financiamentos concedidos;

**IV** - as parcelas que lhe forem contratualmente atribuídas dos lucros decorrentes da exploração de direitos sobre patentes resultantes de pesquisas feitas com seu auxílio;

**V** - saldo de exercício; e

**VI** - outras rendas extraordinárias ou eventuais.

**Art. 5º** Os bens e os recursos financeiros da FAPAC só poderão ser utilizados no cumprimento da finalidade e objetivos da Fundação.

**Art. 6º** A FAPAC terá a seguinte estrutura básica:

**I** – Diretoria Geral;

**II** - Diretoria Técnico-Científica; e

**III** - Diretoria Técnico-Administrativa.

**Art. 7º** O estatuto da FAPAC disporá sobre a estrutura interna, organização, funcionamento e regime de pessoal dos seus órgãos de administração e execução, bem como sobre o sistema de registros contábeis de suas operações, gestão de material e controle do seu patrimônio, observado o disposto nesta lei complementar e na legislação aplicável.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA FISCALIZAÇÃO E DO EXERCÍCIO FINANCEIRO**

**Art. 8º** A FAPAC submeterá anualmente ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, o balanço financeiro de suas atividades para exame de legalidade, além da fiscalização que deve ser exercida pela SECT no que tange a sua atuação finalística.

**Art. 9º** O exercício financeiro da FAPAC coincidirá com o ano civil.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO PESSOAL**

**Art. 10.** O regime jurídico do pessoal da FAPAC é o estabelecido para o serviço público.

**§ 1º** A admissão de servidores da FAPAC dar-se-á mediante concurso público e com a observância ao plano de cargos e salários e benefícios previstos em lei.

**§ 2º** O Poder Executivo poderá colocar à disposição da FAPAC servidores públicos de seu quadro, para auxiliar no desempenho de programas ou projetos específicos.

**Art. 11.** Ficam criados os seguintes cargos de direção:

**I** - um cargo de diretor geral, com remuneração correspondente a noventa por cento da remuneração de secretário de Estado;

**II** - um cargo de diretor técnico-científico, com remuneração correspondente a oitenta por cento da remuneração de secretário de Estado;

**III** - um cargo de diretor técnico-administrativo, com remuneração correspondente a oitenta por cento da remuneração prevista no inciso II deste artigo; e

**IV** – um cargo de coordenador de projetos e processo II, com remuneração equivalente a do cargo de mesma nomenclatura previsto na norma da estrutura administrativa do Poder Executivo.

**Art. 12.** Ficam criados quarenta e cinco cargos em comissão, que poderão ser escalonados pelo Poder Executivo em simbologia CEC-1, CEC-2, CEC-3, CEC-4 e CEC-5, com remuneração na forma do Anexo I desta lei complementar.

**Parágrafo único.** A instalação e preenchimento dos cargos criados no *caput* deste artigo terá o valor referencial mensal de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não incluídos os encargos sociais e previdenciários correspondentes.

**Art. 13.** Ficam criadas funções de confiança, que serão exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo da administração direta e indireta, escalonadas em dez níveis, nas simbologias FC-1, FC-2, FC-3, FC-4, FC-5, FC-6, FC-7, FC-8, FC-9 e FC-10 com as remunerações na forma do Anexo II desta lei complementar.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 14.** O estatuto da FAPAC será aprovado por decreto.  
Página 4 de 7

**Art. 15.** Fica o Poder Executivo autorizado a promover os atos necessários ao cumprimento desta lei complementar, em especial:

**I** - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de categorias programáticas e despesas constantes da Lei Orçamentária em vigor, para atendimento das disposições desta lei complementar; e

**II** - a abertura de créditos orçamentários especiais.

**Art. 16.** Ficam alterados os arts. 2º, 5º, 8º e 10 da Lei Complementar n. 128, de 29 de dezembro de 2003, que cria o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FDCT:

“**Art. 2º** O FDCT está vinculado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre - FAPAC.” (NR)

...

“**Art. 5º** ...

**I** - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre – FAPAC;

**II** - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT;

**III** - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos serviços sustentáveis - SEDENS;

**IV** - Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN;

**V** – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA;

**VI** – Universidade Federal do Acre – UFAC;

**VII**- Federação da Indústria do Estado do Acre - FIEAC;

**VIII** - Federação da Agricultura do Estado do Acre – FAEAC;

**IX** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; e

**X** - Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC”. (NR)

...

**§ 2º A** presidência do Conselho Superior do Fundo – CSF, será exercida pelo diretor geral da FAPAC.

“**Art. 8º** A Câmara Técnica-Administrativa do FDCT terá funcionamento na sede da FAPAC, sendo composta por cinco membros, indicados pelo CSF e nomeados pelo governador, para mandato de dois anos.” (NR)

...

“**Art. 10.** Todos os bens móveis ou imóveis adquiridos pelo FDCT constituem patrimônio da FAPAC.” (NR)

**Art. 17.** Lei especifica instituirá o quadro de pessoal da FAPAC.

**Art. 18.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 17 de fevereiro de 2012, 124º da República, 110º do Tratado de Petrópolis e 51º do Estado do Acre.

**TIÃO VIANA**

Governador do Estado do Acre

### **ANEXO I**

#### **TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DOS CARGOS EM COMISSÃO**

#### **INTERMEDIÁRIOS**

<b>CARGO</b>	<b>REMUNERAÇÃO (JAN /2012)</b>	<b>REMUNERAÇÃO (JUL /2012)</b>	<b>REMUNERAÇÃO (DEZ /2012)</b>
CEC-1	R\$ 1.848,00	R\$ 1.932,00	R\$ 2.016,00
CEC-2	R\$ 2.464,00	R\$ 2.576,00	R\$ 2.688,00
Página 6 de 7			

	R\$ 3.696,00	R\$ 3.864,00	R\$ 4.032,00
CEC-4	R\$ 4.928,00	R\$ 5.152,00	R\$ 5.376,00
CEC-5	R\$ 6.160,00	R\$ 6.440,00	R\$ 6.720,00
CCI	R\$ 825,00	R\$ 862,00	R\$ 900,00

**ANEXO II**  
**QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS**

<b>CARGO</b>	<b>VALOR (JAN/2012)</b>	<b>VALOR (JUL/2012)</b>	<b>VALOR (DEZ/2012)</b>
FC-1	R\$ 110,00	R\$ 115,00	R\$ 120,00
FC-2	R\$ 220,00	R\$ 230,00	R\$ 240,00
FC-3	R\$ 330,00	R\$ 345,00	R\$ 360,00
FC-4	R\$ 440,00	R\$ 460,00	R\$ 480,00
FC-5	R\$ 550,00	R\$ 575,00	R\$ 600,00
FC-6	R\$ 660,00	R\$ 690,00	R\$ 720,00
FC-7	R\$ 770,00	R\$ 805,00	R\$ 840,00
FC-8	R\$ 880,00	R\$ 920,00	R\$ 960,00
FC-9	R\$ 990,00	R\$ 1.035,00	R\$ 1.080,00
FC-10	R\$ 1.100,00	R\$ 1.150,00	R\$ 1.200,00